

GÊNERO COMO CATEGORIA BIDIMENSIONAL E SEU ENQUADRAMENTO ESTRUTURAL NO MODO DE VIDA CAPITALISTA

Pamela Pereira Prestupa¹

Resumo: A hipótese aqui defendida é que o modo de vida capitalista é sustentado pela separação estrutural entre produção econômica e reprodução social, invisibilizando e desvalorizando o trabalho de cuidado historicamente atribuído às mulheres. Tal estrutura não apenas relega as mulheres à marginalização econômica, mas também contribui para a desvalorização simbólica e política do feminino. Assim, o gênero é uma categoria bidimensional, atravessada simultaneamente por injustiças de redistribuição e de reconhecimento. Essas opressões são reproduzidas por instituições que mantêm as mulheres em posições subordinadas nas esferas econômica, cultural e política. O feminicídio, nesse contexto, não é um evento isolado, mas a expressão extrema de um sistema que define o lugar social da mulher a partir de normas que a inferiorizam e silenciam. Superar esse ciclo exige mais do que respostas penais: demanda o questionamento das bases estruturais que sustentam a desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Capitalismo; Representação; Reconhecimento; Redistribuição.

1. Metodologia

O trabalho adota uma abordagem teórico-conceitual fundamentada na concepção de justiça de Nancy Fraser, com ênfase na concepção do gênero como coletividade bivalente. Parte-se de uma análise estrutural das injustiças de redistribuição e de reconhecimento que recaem sobre as mulheres, tendo como fio condutor a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo no modo de vida capitalista. Utiliza-se o método analítico para compreender como essas estruturas produzem, naturalizam e perpetuam desigualdades de gênero. A investigação se ancora em revisão bibliográfica de Nancy Fraser, com apoio de outras teóricas como Silvia Federici, Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza e Joan Tronto, cujas contribuições possibilitam articular a teoria da justiça com a crítica ao capitalismo e à organização patriarcal da reprodução social. Embora a categoria da representação não seja foco central, a análise reconhece sua transversalidade na perpetuação das injustiças de redistribuição e reconhecimento, especialmente no que tange à exclusão das

¹ Doutoranda em Filosofia Política. Advogada. Email: pamelaprestupa@gmail.com - UEL.

mulheres das esferas públicas e deliberativas, cuja ausência contribui para a naturalização das condições que sustentam o feminicídio.

Ainda, é importante mencionar que é fato que, na realidade social cotidiana, as mulheres são atravessadas por injustiças diversas que se interseccionam, sendo difícil separá-las. Contudo, a análise aqui proposta parte de uma proposta analítica com o objetivo de evidenciar os fundamentos estruturais da opressão de gênero no capitalismo, de modo a problematizar as bases do presente e imaginar as condições para uma transformação.

2. Desenvolvimento

As demandas por justiça são classicamente repartidas em duas categorias majoritárias: redistribuição e reconhecimento. As demandas por redistribuição estão ligadas à questão econômica, almejando a redistribuição de renda e bens, de modo a tornar a sociedade mais igualitária. Por outro lado, as demandas por reconhecimento estão vinculadas a esfera cultural-valorativa da sociedade, remetendo a questões simbólicas ou culturais que colocam os sujeitos em diferentes posições na organização social, causando desigualdades de *status*. Como exemplos, temos a classe, marcada predominantemente pela exploração econômica, e a sexualidade, estruturada majoritariamente pela desvalorização cultural. O gênero, por sua vez, deve ser compreendido como uma categoria bivalente ou bidimensional. Isso significa que as raízes da injustiça de gênero estão tanto da esfera econômica/material quanto da esfera cultural-valorativa. Nancy Fraser (2022) categoriza as coletividades bivalentes como aquelas que sofrem simultaneamente injustiças de redistribuição e de reconhecimento, sendo afetadas tanto pela estrutura econômico-produtiva quanto pela ordem cultural-simbólica da sociedade. Desse modo, soluções que buscam resolver apenas um ou outro tipo de injustiça não são suficientes para lidar com as injustiças de gênero.

As mulheres enfrentam injustiças estruturais derivadas da má distribuição de recursos, oportunidades e posições, e também da inferiorização simbólica e institucional do feminino. Trata-se, portanto, de uma subordinação multiforme, cuja complexidade exige abordagens que articulem criticamente as dimensões

econômica e cultural, sob risco de respostas parciais que mantenham intactas as raízes da desigualdade.

No centro da estrutura de opressão de gênero encontra-se a separação instituída entre produção econômica e reprodução social — uma divisão fundamental ao modo de vida capitalista. Por reprodução social me refiro ao conjunto de práticas, relações e instituições responsáveis por garantir a manutenção cotidiana da vida humana e a sua reprodução. Isso inclui o cuidado físico e emocional, a alimentação, a socialização, a educação, o cuidado de idosos e enfermos, a manutenção dos vínculos afetivos e das rotinas domésticas. Essas práticas são essências não só para a manutenção da vida humana, mas também para a manutenção da força de trabalho que possibilita a produção econômica:

o trabalho de produção de pessoas é, na verdade, vital e complexo. Essa atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico; ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar – ou o que Marx chamou de “força de trabalho”. E isso significa moldar pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações “certas”. Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das precondições – materiais, sociais e culturais – fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 52).

Nesse sentido, o cuidado e a reprodução social promovem o funcionamento psíquico e emocional dos indivíduos, estabilizam as unidades familiares e sociais e reproduzem, cultural e emocionalmente, os sujeitos aptos a trabalhar. São atividades que, embora não sejam diretamente remuneradas ou reconhecidas como “trabalho” nos termos da economia oficial, são indispensáveis à sustentação da sociedade como um todo.

Embora o trabalho de reprodução social seja essencial para a continuidade da vida e da própria força de trabalho, ele é desvalorizado e deslocado da esfera econômica. Essa exclusão é histórica, mas assume nova categorização no capitalismo, ao ser naturalizado como “vocação feminina”, desvinculado do valor monetário e da esfera pública de reconhecimento. Fraser e Jaeggi (2020) destacam que essa separação não apenas obscurece a importância da reprodução social como também garante ao capital sua principal condição de possibilidade: a existência de uma força de trabalho produzida e mantida à margem do mercado.

Com o capitalismo [...] o trabalho reprodutivo é apartado, relegado a uma esfera “privada” separada, em que sua importância social é obscurecida. E, é claro, num mundo onde o dinheiro é um meio primário de poder, o fato de ele não ser pago resolve a questão. Aqueles que realizam esse trabalho são estruturalmente subordinados àqueles que recebem salários em dinheiro, ainda que seu trabalho também forneça algumas condições necessárias ao trabalho assalariado (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 50).

Isso configura o fenômeno da irresponsabilidade privilegiada, “ao permitir que algumas pessoas possam dispensar a si mesmas do trabalho de cuidar porque outras pessoas o farão por elas” (Tronto, 2007, p. 292). Em outras palavras, homens, tradicionalmente poupados das tarefas de cuidado, beneficiam-se da dedicação de mulheres sem que isso reflita em reconhecimento institucional ou material.

Em um mundo onde o valor das pessoas e das atividades é medido pela sua inserção no mercado, o trabalho não remunerado coloca as mulheres em um lugar de subordinação estrutural. Sua ausência no circuito do dinheiro é, na prática, sua exclusão da esfera de poder.

A separação entre trabalho produtivo e reprodutivo é apenas um dos dispositivos que organizam a opressão de gênero no plano econômico. Mesmo dentro da esfera do trabalho remunerado, as mulheres enfrentam desigualdades sistemáticas. Os chamados “trabalhos de colarinho rosa”, como serviços domésticos, educação infantil, cuidados de saúde, são desvalorizados, mal pagos e subestimados. Esses empregos, ainda hoje feminilizados, são entendidos como extensões “naturais” do cuidado privado, como se tais atividades devessem ser realizadas por mulheres.

Além disso, mulheres enfrentam barreiras no acesso a cargos de decisão, experimentam jornadas duplas ou triplas de trabalho e estão mais expostas à informalidade, à precarização e à dependência econômica. A condição bivalente do gênero, nesse sentido, mostra que o acesso à renda e à autonomia material é profundamente moldado por padrões culturais que se entrelaçam com as estruturas do modo de vida capitalista, em especial a separação institucional entre economia e trabalho de reprodução social.

Essa estrutura econômica da desigualdade está diretamente ligada ao contexto do feminicídio. Muitas mulheres permanecem em relações abusivas por falta de condições materiais para romper com a dependência. Outras são

assassinadas justamente ao tentarem romper com esse ciclo, sendo punidas com a morte por desafiar os papéis tradicionais que lhes foram impostos.

A dimensão cultural da injustiça de gênero está enraizada no androcentrismo, ou seja, na normatividade do ponto de vista masculino como referência universal. Nesse cenário, tudo o que é considerado racional, objetivo, legítimo ou valioso é constantemente vinculado a critérios historicamente associados à masculinidade. Como consequência, tudo aquilo que é rotulado como “feminino” tende a ser desvalorizado, inferiorizado ou invisibilizado.

Podemos listar uma série de danos relacionados à desvalorização simbólica das mulheres: assédio, violência doméstica, exploração sexual, rebaixamento em representações midiáticas, marginalização em espaços deliberativos e submissão a normas que penalizam corpos e vozes dissidentes. Essas formas de opressão não decorrem diretamente da estrutura econômica, mas são reforçadas por ela e repercutem em todos os níveis da vida social, inclusive na forma como o Estado e a sociedade respondem à violência contra mulheres.

A cultura da banalização da violência é parte desse processo. A mulher que denuncia, que rompe, que exige respeito, muitas vezes é tratada como exagerada, desequilibrada ou indesejável. O feminicídio, nesse contexto, não é apenas um ato individual de ódio, mas a consequência de uma cultura que ainda nega às mulheres o direito de existir com liberdade e dignidade.

A condição bivalente do gênero impõe um dilema político e normativo importante: as injustiças de redistribuição e de reconhecimento, embora interligadas, funcionam com lógicas distintas e requerem remédios diferentes. A dimensão econômica da injustiça exige transformações estruturais: a abolição da divisão sexual do trabalho, o reconhecimento do valor do trabalho de reprodução social, a superação da dependência material imposta às mulheres. Por sua vez, a dimensão cultural-valorativa exige o enfrentamento do androcentrismo, da hierarquização simbólica do feminino e da exclusão deliberativa das mulheres nos espaços de representação. Por mais que os efeitos dessas injustiças, na prática, sejam interligados e de difícil separação, é importante rastrear as raízes que geram as injustiças, de modo a pensar em estratégias para sua superação (Fraser, 2022).

Ainda que muitos dos danos simbólicos sofridos pelas mulheres estejam ligados à separação estrutural entre produção e reprodução social, eles não podem ser explicados unicamente pela lógica econômica. Tampouco é possível enfrentar a subordinação feminina apenas com estratégias de reconhecimento cultural. Trata-se de uma interdependência complexa entre esferas de injustiça que se retroalimentam e que, por isso, não admitem soluções isoladas.

No entanto, mais do que propor uma combinação de estratégias corretivas, é preciso voltar o olhar para a raiz do problema. O modo de vida capitalista organiza a sociedade a partir da separação entre produção e reprodução, e é justamente nessa separação basilar que a opressão de gênero é instaurada. Essa divisão, historicamente associada ao trabalho “não pago” e “não reconhecido” das mulheres, não apenas as exclui da esfera da valorização econômica, mas também as aprisiona em uma posição social inferiorizada. O androcentrismo, por sua vez, consolida essa exclusão como norma, ao conferir ao masculino os atributos de valor, racionalidade e centralidade, enquanto rebaixa e menospreza aquilo que é vinculado ao feminino.

Nessa perspectiva, a persistência da violência contra as mulheres, incluindo o feminicídio, não pode ser superada apenas por meio de respostas exclusivamente punitivistas. Embora a responsabilização penal tenha um papel fundamental de tentativa de correção social, ela atua sobre os efeitos mais visíveis e extremos do problema, sem alterar, de fato, os fundamentos que o tornam possível e cotidiano. É preciso desnaturalizar a estrutura que mantém as mulheres nesse lugar — uma estrutura que combina exploração econômica, desvalorização cultural e exclusão política. Isso levanta questões incômodas: é possível superar a desigualdade e a opressão de gênero sem confrontar as bases que as sustentam? É possível transformar a condição das mulheres sem transformar o próprio modo de vida capitalista?

3. Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho partiu da hipótese de que a desigualdade de gênero está ancorada sobre uma base estrutural complexa, que articula simultaneamente injustiças de redistribuição e de reconhecimento.

Compreender o gênero como uma categoria bidimensional permite identificar não apenas os efeitos dessa opressão, mas rastrear suas raízes estruturais.

No interior do modo de vida capitalista, essa bivalência se manifesta a partir de formas estruturais, com efeitos tanto econômicos quanto culturais: a separação entre produção econômica e reprodução social, que desloca o trabalho de cuidado para fora da esfera de valorização monetária, atribuindo-o às mulheres como uma vocação natural que *deve* ser feita por *amor* e não por dinheiro; e o androcentrismo normativo, que institui como padrão de valor tudo aquilo que é associado à masculinidade, ao mesmo tempo em que rebaixa tudo o que é vinculado ao feminino. Assim, o trabalho das mulheres, seus corpos, suas experiências e vozes, seguem sendo marginalizados tanto no plano econômico quanto no simbólico e político.

Essa estrutura não apenas mantém a desigualdade de gênero, mas a reproduz de forma contínua, como se inevitável fosse, como se fizesse parte da ordem *natural* das coisas. É nesse contexto que o feminicídio deve ser compreendido: não como um evento isolado ou patológico, mas como a forma extrema de um sistema que organiza, regula e limita a existência das mulheres. A violência, nesse sentido, não é exceção: ela é um mecanismo de manutenção da norma.

Nesse processo, a mulher é excluída da centralidade econômica e simbólica da vida social e, para além disso, é também construída como “o outro do homem” (Beauvoir, 2019). Ao ser definida sempre em relação ao masculino — como complementar, dependente, oposta, derivada ou inferior —, a mulher ocupa um lugar marcado pela secundariedade ontológica e social. A desigualdade, nesse caso, não se mostra apenas como exclusão, mas também como uma construção ativa da diferença enquanto hierarquia. Ser mulher, nesse sistema, é estar sempre fora do centro *regular* das coisas: do poder, do valor, da fala autorizada. Essa condição reforça a ideia de que a dominação é natural, e que o lugar de subordinação feminina é um dado, e não uma construção histórica e política.

Diante disso, abordagens que se concentram apenas na resposta penal — ainda que relevantes para o enfrentamento da impunidade e a proteção imediata — são insuficientes para superar de fato a injustiça. Tais medidas atuam sobre os efeitos mais visíveis da violência, mas não alcançam os alicerces nos quais ela é sustentada

e produzida, de maneira constante e cotidiana. Não se trata de negar a importância da responsabilização, mas de reconhecer que ela, sozinha, não transforma as estruturas que produzem e reproduzem a desigualdade de gênero. A persistência da opressão exige um deslocamento do olhar: da superfície para a estrutura, da resposta para a transformação das causas.

Esse deslocamento exige repensar o valor do trabalho de reprodução social e cuidado, a divisão sexual das responsabilidades e o próprio funcionamento das instituições e as bases sob as quais elas operam. Ainda que o caminho para a superação da desigualdade de gênero não esteja plenamente traçado (muito pelo contrário, cada dia parece mais distante), o gesto de resistência é recusar sua naturalização. E talvez a pergunta que resta, ao final deste percurso, não seja apenas sobre quais respostas devemos apresentar, mas principalmente sobre quais fundamentos interrogar.

4. Referências

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2019.
- COLLING, Ana Maria; TADESCHI, Losandro Antonio. *Dicionário Crítico de Gênero*. 2.^a ed. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CUDD, Ann E. *Analyzing oppression*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- FRASER, Nancy. *Cannibal Capitalism*. London: Verso, 2022.
- FRASER, Nancy. *Justiça interrompida: reflexões sobre a condição “pós-socialista”*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FRASER, Nancy. *Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world*. Nova York: Columbia University Press, 2009.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. New York: Verso Books, 2003.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. 1.^a Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOWE. Louise Kapp. *Pink Collar Workers: Inside the World of Women's Work*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1997.

O'BRIEN, Mary. *The politics of reproduction*. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1983.